

mar

FILM FESTIVAL



**catálogo
2018**

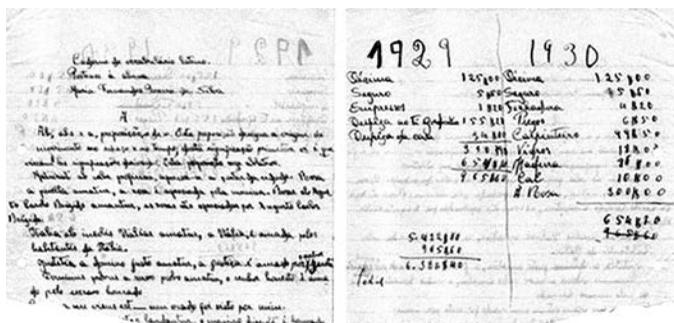
A administração dos dinheiros que 'João Pereira da Silva lhe entrega' nada deixa ao acaso.

Talvez fosse mais do que a voz que comandava o banho a dar o tom seguro daquele Bonjour ma sœur, comment allez-vous? Talvez fosse também uma ponta de orgulho ferido perante aqueles maçónicos que não a deixaram aprender mais. Se não aprendeu mais, soube tirar proveito do que sabia.

A menina continuava nos estudos. Numa folha solta, meia rasgada, intercalada no livro, lê-se:

“Caderno de vocabulário latino.
Pertence à aluna
Maria Fernandes Pereira da Silva

A
Ab, abs e a, preposição, «de». Esta preposição designa a origem de movimento no espaço e no tempo; desta significação primitiva vi é que vieram as significações derivadas. Esta preposição rege ablativo.”



Nada se perde. Nem o espaço em branco que havia no verso da folha, que ela aproveitou para o resumo das contas de 1929 e de 1930. Em 1929 as despesas da casa foram de 310\$90 e no de 1930 de 645\$70. Somam 965\$60 escudos.

Aquele ablativo latino a reger a preposição a, ab, que indica origem, não lhe devia dizer nada. Nem devia saber que o francês vem do latim. Havia uma página em branco e aproveitou-a para as suas contas. Mas afinal tudo tinha começado no dia em que aprendeu a pronunciar Bonjour ma sœur, comment allez-vous?

Rita Marnoto
Universidade de Coimbra

Um mar de mulheres num mar de memórias

O passado é uma viagem fascinante. Descobrir ou reencontrar o lugar de onde viemos, as pessoas das quais descendemos é uma aventura que nos leva a mergulhar nas memórias pessoais, nos baús das recordações à procura de uma imagem, de um nome, de uma data que nos permita escrever a nossa história. Mas as memórias tendem a escapar-nos, deixando esquecidas informações mais recuadas como o nome dos trisavós ou tetravós, datas de nascimento e de casamento, as ruas onde esses antepassados moraram ou as profissões que foram exercendo durante a vida. Os historiadores são profissionais destas viagens e detêm ferramentas que lhes permitem localizar e abrir outras caixas, recuperando a informação que se julgava perdida. Partindo das informações que as memórias individuais e coletivas vão fornecendo, coletam e tratam informações provenientes dos vestígios que a vida de outrora foi deixando.

Este foi o ponto de partida do projeto Construir Genealogias, Conhecer Gerações que a Câmara Municipal de Ílhavo, a partir do seu Centro de Documentação, tem vindo a promover desde 2014. Este projeto visa transcrever e estudar dos registos paroquiais (batismos, casamentos e óbito) para, desta forma, reconstruir as famílias que constituíam a comunidade ilhavense entre 1854 e 1910. O objetivo é criar uma grande base de dados, aberta à consulta pública, com as informações mais relevantes sobre os ilhavenses da segunda metade do século XIX e início do século XX – datas de nascimento, casamento, morte, nome de pais, avós, bisavós, tetravós, nome dos cônjuges, identificação de filhos, netos e bisnetos, lugares de morada, profissões e cargos exercidos ao longo da vida, etc., ou seja, permitir que a comunidade reencontre de forma fácil informação, cientificamente validada, sobre o seu passado, preenchendo os vazios que as memórias familiares normalmente não conseguem completar.

Para além dos percursos individuais, esta base desvenda-nos a evolução da comunidade em termos demográficos e espaciais: como fomos crescendo em números populacionais, ocupando novos espaços, criando novas dinâmicas económicas e sociais dentro do concelho, mas também noutras geografias, pois os fenómenos migratórios, desde cedo, acompanharam a evolução da população de Ílhavo, tendo especial incidência na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

A recuperação de informações sobre as gentes do concelho permite, acima de tudo, ter um instantâneo, uma fotografia (um pouco desfocada é certo, porque ainda estamos a consolidar e corrigir as informações que vamos introduzindo na base de dados) de Ílhavo neste período decisivo para a sua afirmação. Desde meados dos anos 30 do século XIX que o concelho se encontrava em transformação - em 1835, o território

pertencente ao extinto concelho da Ermida passou a fazer parte do concelho de Ílhavo e, um ano depois, em 1836, foi a vez dos limites concelhios perderem os lugares de Verdemilho e de Sá que passavam para o concelho de Aveiro que há muito os reclamava. Mas a comunidade crescerá, sobretudo, em gente e em espaço com a inclusão das Gafanhas, Costa Nova e Barra no concelho, entre os anos de 1853 e 1855. Este incremento espacial traduziu-se, também, num significativo incremento de população. Se em 1758 o território ilhavense contava com cerca de 5046 habitantes, um século depois, em 1864, já contabilizava 8215 habitantes. Mas o crescimento mais relevante aconteceu nos alvares do século XX - em 1900 o concelho tinha cerca de 12617 habitantes.

Para além do crescimento populacional, o território foi-se modernizando: em 1824 foi criada a fábrica da Vista Alegre, os estaleiros e a construção naval conheceram um incremento importante, sobretudo nas últimas décadas do século XIX. As infraestruturas acompanharam, também, o progresso verificado a nível nacional através construção de estradas (ligação Aveiro/Figueira da Foz que atravessava a localidade (atual N109), ligação ao concelho Vagos, ligação à Gafanha da Encarnação), da construção de pontes (Jucal Ancho - 1863; Água Fria - 1873) e do incontornável Farol da Barra, concluído em 1893.

Ílhavo é, nestes finais do século XIX, uma terra de jornaleiros e lavradores (entre 1895 e 1898, mais de 45% da população masculina estava ligada a ocupações ligadas à terra), mas progressivamente vai-se tornando uma terra de marítimos, de homens que, geração após geração, escolhem a faina da pesca, e especialmente da pesca do bacalhau, ou a atividade na marinha mercante como profissão (em 1895, os marítimos e os pescadores representavam cerca de 33% das profissões masculinas). Homens que deixam para trás uma comunidade cada vez mais feminina, de jornaleiras, lavradoras, às vezes pescadoras, mas sobretudo de governantas de casa - mulheres que gerem os recursos, a criação dos filhos e as ausências masculinas durante longos períodos do ano, ou durante anos, criando no imaginário local a imagem de um mar de mulheres a quem o mar leva os homens. Mulheres de fibra, mulheres de iniciativa, mas sobretudo mulheres autónomas.

O que nos dizem as fontes sobre estas mulheres? Tomando como referências os censos dos finais do século XIX, sabemos que a maioria são analfabetas (apesar de existirem 6 escolas primárias no concelho, a taxa de analfabetismo geral, em 1890, cifrava-se nos 81%, sendo que a taxa de analfabetismo feminino era superior, rondando os 87%) e que, quando tinham oportunidade de estudar, normalmente ficavam pelo domínio básico da escrita e da matemática que lhes permitia assinar o nome nos registos paroquiais, mas sobretudo nas escrituras notariais, quando era preciso vender ou comprar. Poucas vão mais além, embora registemos a presença de professoras primárias, muitas das quais marcaram gerações como a D. Alice Nunes Vidal Corujo (n. 1883) ou a D. Silvina Augusta da Maia Catarino (n. 1878), professoras oficiais do ensino primário no concelho.

Como referimos, a maioria das mulheres é identificada como governanta de casa. No entanto, quando olharmos a população mais ligada às atividades da terra, encontramos muitos casais de jornaleiros e de lavradores - o sustento da casa é, nestes casos, assumido como uma tarefa do casal.

As mulheres, no início de século (tomemos como referência o ano de 1910), casavam em média aos 24 anos e morriam em média ao 54 anos, sobrevivendo, muitas vezes, aos maridos, mas também à morte de muitos dos filhos pequenos - os índices de mortalidade infantil e infantojuvenil relevam-nos a fragilidade da existência nos primeiros anos de vida (em 1864, a taxa de mortalidade até ao primeiro ano de vida rondava os 38,6 por milhar de habitantes; em 1900 desceria ligeiramente para 37 por milhar). Por isso, e apesar do número elevado de filhos, as famílias não são tão alargadas como poderíamos pensar - quase todos agregados familiares viram filhos partir precocemente. Filhos que nascem em casa, pela mão de parteiras experientes que ajudam as mulheres a atravessar esse momento delicado do parto e que, em situações mais dramáticas, batizavam em emergência os recém-nascidos em risco de vida, como tantas vezes o fez Rosa do Véu que, entre 1900 e 1909, batizou, nestas circunstâncias, 24 crianças, cujo parto acabara de realizar.

Mas sobretudo, as fontes mostram-nos que as mulheres vivem e gerem o seu quotidiano em 'microcomunidades' cujo horizonte é, na maioria das vezes, o da rua ou no beco onde se nasceu e cresceu, onde se arranjou marido, onde se criaram os filhos, onde procurou consolo para as perdas e soluções para as dificuldades e onde se foram gerindo, na convivência com outras mulheres, as ausências masculinas temporárias ou definitivas. Esta parece ser a história de muitas mulheres, mulheres como Maria de Jesus, a Gaivotinha, filha de José Cachim e de Rita de Jesus, nascida em 1898, na rua da Capela, onde inicialmente os seus pais moraram (mais tarde construiriam uma casa na rua do Pedação) que casou, em 1919, com José Gonçalves da Silva, também ele morador na rua da Capela. O casal mudar-se-ia para uma casa na Rua Direita, a curta distância da casa dos pais de ambos. Maria de Jesus Cachim, filha, neta e bisneta de marítimos, casada também com um homem do mar, nasceria e viveria na sua micromunidade, delimitada pela Rua da Capela, Rua do Pedação (Rua Carlos Marnoto) e Rua Direita (Rua Arcebispo Pereira Bilhano), onde também alguns dos seus irmãos, primos e outra parentela viu a sua existência atravessar o século XX, pontualmente alargada com a estadia sazonal na Costa Nova onde família adquiriu um palheiro, ou nas viagens ao Porto para saudar a chegada ou para chorar a despedida do navio de José Gonçalves.

Ana Ribeiro

Universidade de Coimbra